

PROVA DE CONHECIMENTOS

IDENTIFICAÇÃO	
Procedimento Concursal:	Assistente Técnico – Referência A – Aviso n.º 22120/2024/2, série 2 nº 193
Nome:	
N.º BI/Cartão de Cidadão:	Data: 22 de janeiro de 2025
Nota:	

INSTRUÇÕES

- A prova tem a duração máxima de 120 minutos (2 horas);
- O enunciado da prova é constituído por 6 páginas/3 folhas;
- Durante a prova os candidatos não poderão comunicar entre si ou com qualquer outra pessoa estranha ao concurso. A infração ao anteriormente estipulado, implicará para o candidato a sua **imediata exclusão** do concurso;
- Responda às perguntas na “**folha de resposta**” devidamente identificadas e numa caligrafia legível, sob pena de as mesmas não serem consideradas. Caso necessite de folhas brancas ou “folha de resposta”, solicite ao supervisor;
- Durante a prova é admitida a consulta de legislação em formato papel, desde que não comentada/annotada;
- Não deve ser colocada qualquer rubrica ou sinalização nas “folhas de resposta” que possam identificar o candidato;
- Quando terminar a prova, entregue o enunciado e as folhas de resposta ao supervisor presente na sala;
- Os telemóveis deverão ser desligados antes do início da prova, não sendo admissível a utilização de qualquer meio digital ou informático.

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

- Será valorizado o rigor, a clareza e poder de síntese das respostas dadas;
- Se obtiver 9,5 ou mais valores na prova será considerado/a aprovado/a.
- Valorização: A correção da prova respeita a escala de 0 a 20 valores
 - 1.ª Parte: 8 valores (0,80 valores por cada resposta totalmente correta);
 - 2.ª Parte: 9 valores (1 valor por cada resposta totalmente correta e justificada);
 - 3.ª Parte: 3 valores (1 valor por cada resposta totalmente correta e justificada).

PROVA DE CONHECIMENTOS

1.ª PARTE

Atento a tudo o que leu na matéria e legislação aconselhadas no aviso de abertura do presente concurso, assinale com um X a única resposta correta (0,80 valores por cada resposta correta).

1. O órgão superior da Administração Pública é/são:

- a) O Estado; ☐
- b) A Assembleia da República; ☐
- c) Os Tribunais; ☐
- d) O Governo. ☐

2. Na prossecução do interesse público, a Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade, sendo este o corolário do Princípio da:

- a) Boa Administração; ☐
- b) Proporcionalidade; ☐
- c) Imparcialidade; ☐
- d) Prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos. ☐

3. À contagem dos prazos são aplicáveis as seguintes regras:

- a) O prazo começa a correr, no entanto, depende de algumas formalidades; ☐
- b) Inclui-se, na contagem dos prazos, o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr; ☐
- c) O prazo fixado suspende-se nos sábados, domingos e feriados; ☐
- d) Todas as respostas anteriores estão corretas. ☐

PROVA DE CONHECIMENTOS

- 4. No Regime Jurídico das Autarquias Locais, em caso de cessação ou vacatura de todos os mandatos no Executivo Municipal, qual das alternativas seguintes é a mais correta sobre a gestão da autarquia até à constituição de um novo Executivo?**
- a) O Presidente da Assembleia Municipal assume a gestão da autarquia até à realização de novas eleições. ☐
- b) A Direção-Geral das Autarquias Locais nomeia um administrador provisório até à realização de novas eleições. ☐
- c) O Executivo cessante continua em funções até ao término do mandato, sem necessidade de convocar novas eleições. ☐
- d) O Governo nomeia um gestor transitório que fica responsável pela gestão corrente da autarquia até novas eleições. ☐
- 5. Antes da abertura de um procedimento de formação de contrato público, a entidade adjudicante pode realizar uma consulta informal ao mercado para um melhor planeamento da contratação, e que designa por:**
- a) Consulta prévia; ☐
- b) Audiência prévia; ☐
- c) Consulta preliminar ao mercado; ☐
- d) Pré-consulta pública. ☐
- 6. No âmbito do Código dos Contratos Públicos, as peças dos procedimentos de formação de contratos são as seguintes:**
- a) No ajuste direto e o convite à apresentação das propostas, sem prejuízo do disposto no artigo 128.º; ☐
- b) No concurso público, o programa do procedimento e o caderno de encargos; ☐
- c) Na consulta prévia, o anúncio, o convite à apresentação de propostas e o caderno de encargos; ☐
- d) Na consulta prévia, o convite à apresentação de propostas e o caderno de encargos. ☐

PROVA DE CONHECIMENTOS

7. No âmbito do Código dos Contratos Públicos, qual é o limite de valor para a contratação de empreitada de obras públicas por ajuste direto?

- a) 15.000 euros; ☐
- b) 20.000 euros; ☐
- c) 25.000 euros; ☐
- d) 30.000 euros. ☐

8. No âmbito do SIADAP, qual é o objetivo principal da avaliação de desempenho na Administração Pública?

- a) Garantir a progressão automática dos trabalhadores com base na antiguidade. ☐
- b) Assegurar a melhoria da qualidade do serviço público e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores. ☐
- c) Estabelecer um sistema de penalizações para os trabalhadores que não atingem as metas estabelecidas. ☐
- d) Avaliar exclusivamente a competência técnica dos trabalhadores, sem considerar outros aspetos do seu desempenho. ☐

9. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas. São consideradas faltas justificadas:

- a) A motivada pela prestação de assistência adiável e prescindível a filho, a neto ou a membro do agregado familiar do trabalhador; ☐
- b) A motivada por falecimento de cônjuge, parente ou afim; ☐
- c) As dadas, durante 15 dias seguidos, por altura do casamento; ☐
- d) Todas as anteriores. ☐

10. O trabalhador em funções públicas está sujeito ao dever de:

- a) Comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade; ☐
- b) Realizar o trabalho com imprevidência e diligência; ☐
- c) Respeitar, apenas, o empregador e os superiores hierárquicos; ☐
- d) Todas as anteriores. ☐

PROVA DE CONHECIMENTOS

2.ª PARTE

Atento a tudo o que leu na matéria e legislação aconselhadas no aviso de abertura do presente concurso, indique se as afirmações abaixo formuladas, são VERDADEIRAS ou FALSAS, justificando a sua resposta com referência à legislação aplicável. *(1 valor por cada resposta totalmente correta e justificada. A justificação será valorada em 70% da resposta)*

11. Para a formação de contratos cujo objeto abranja prestações que estão ou sejam suscetíveis de estar submetidas à concorrência de mercado, as entidades adjudicantes podem adotar apenas um de 3 tipos de procedimentos: ajuste direto, consulta prévia e concurso público.
12. Além das competências de funcionamento e sem prejuízo das demais competências legais, constituem como atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município.
13. Para a escolha do procedimento de formação de contratos de locação ou de aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços, as entidades adjudicantes podem adotar por consulta prévia, com convite a pelo menos duas entidades, quando o valor do contrato seja inferior a € 75.000,00.
14. A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas prevê um período experimental que é crescente consoante a complexidade funcional das carreiras à qual se encontra associado o nível de habilitações exigido.
15. São competências do presidente da câmara municipal designar o trabalhador que serve de oficial público para lavrar todos os contratos nos termos da lei.
16. O presidente da câmara municipal não pode delegar ou subdelegar competências nos vereadores.

PROVA DE CONHECIMENTOS

17. De acordo com o Código Regulamentar do Município de Águeda, em vigor, encontra-se sujeita a mera comunicação prévia, a submeter no Balcão do Empreendedor, a utilização privativa de espaço do domínio público, com a instalação de suporte publicitário.
18. De acordo com o Código Regulamentar do Município de Águeda, em vigor, estão isentos do pagamento da taxa correspondente ao título de estacionamento nas áreas de estacionamento de duração limitada, os veículos elétricos, como medida de incentivo à adoção de viaturas amigas do ambiente.
19. O Centro de Artes de Águeda possui uma gestão autónoma, podendo a administração solicitar parecer, sempre que assim o entender, à Câmara Municipal, nomeadamente ao (à) Presidente ou Vereador(a) com competência delegada.

3.ª PARTE

Atento a tudo o que leu na matéria e legislação aconselhadas no aviso de abertura do presente concurso, comente as seguintes afirmações, justificando a sua resposta com referência à legislação aplicável (1 valor por cada resposta totalmente correta e justificada).

20. Nos termos da legislação laboral em vigor, quantos dias de licença por falecimento (luto) são concedidos a um trabalhador no caso do falecimento de um tio?
21. Qual o prazo legal de que dispõe um superior hierárquico para instaurar um procedimento disciplinar após tomar conhecimento de uma infração considerada muito grave?
22. O trabalhador com vínculo de emprego público pode renunciar parcialmente ao direito a férias recebendo a remuneração e o subsídio respetivos, sem prejuízo de assegurar o gozo efetivo de 20 dias úteis de férias ou a correspondente proporção no caso de férias no ano de admissão?

*Responda a todas perguntas na “**folha de resposta**” devidamente identificadas e numa caligrafia legível, sob pena de as mesmas não serem consideradas. Caso necessite de folhas brancas ou “folha de resposta”, solicite ao supervisor.*

- FIM -